

# BOLETIM O TRABALHO

A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores

Plano de Estabilidade e Crescimento até 2021  
Governo Compromete-se com Bruxelas por 4 Anos de Austeridade Extrema

## Resistência Geral à Austeridade Anunciada!

**Que as centrais sindicais mobilizem contra os planos de destruição das conquistas dos trabalhadores!**

Em finais de Abril o governo apresentou dois documentos a mandar para Bruxelas. O Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) para 2017-21 e o Plano Nacional de Reformas (PNR). Estes documentos vão determinar os orçamentos dos próximos 4 anos. Se Bruxelas os aprovar, claro (aliás, a Comissão já disse: não chega, é preciso ir mais longe!)

Note-se bem: o governo apresentou; não pôs à votação da Assembleia da República. A AR, votar tais trivialidades? Informada, e já é um pau. Manda: Bruxelas.

O PEC é instrutivo. Diz assim: “No horizonte até 2021 a gestão orçamental assentará na diminuição da despesa (-3 p.p. do PIB face a 2017) acompanhada por uma redução da receita, sobretudo da receita fiscal (-0.6 p.p. do PIB). O saldo primário reforçar-se-á.”

Por exemplo: os orçamentos dos próximos anos irão reduzir a despesa nominal com pessoal do Estado (professores, médicos...) em 10% daqui a 2021 — isto depois de uma década de cortes! A despesa pública em geral irá cair — isto, com a infra-estrutura de transportes, saúde e educação já a cair aos pedaços!

Onde está o “milagre da geringonça”? Segundo a Comissão Europeia, “um dos factores que mais contribuiu para a correcção do défice em 2016” foi “a queda do investimento público, que colocou esse indicador a um nível muito baixo em comparação com o registado nos outros países” (Público). Mais exactamente: fez-se de Portugal o Estado, de toda a UE, que faz menos investimento público (abaixo de 2% do PIB)

Mas do PEC ninguém diz nada... salvo um jornalista influente do Público, M. Carvalho, que diz: “Alguém deu conta do pomposo Plano Nacional de Reformas e do crucial Programa de Estabilidade, a chave-mestra da política fiscal até 2021? Sim, mas pouco. E porquê?” Responde ele próprio: “o Bloco e o PCP estão tão mansos que até são capazes de engolir um programa político a médio prazo sustentado numa ortodoxia financeira que faz as delícias do FMI, acalma Frankfurt e santifica o Governo aos olhos dos mercados.” (19/4/2017)

Segundo o jornalista, “agora, com a aprovação do Pacto de Estabilidade, entramos definitivamente na era “pós-geringonça”. Porque aquilo que António Costa e Mário Centeno aí propõem é uma opção política que faz tábua rasa dos compromissos originais de 2015: a “obsessão” do défice exprime claramente um desejo programático muito mais próximo do que faria o CDS do que caberia num programa do Bloco ou do PCP.”

Já vimos que o Parlamento português não tem, claro, o direito de votar tais minudências. Mas o CDS, que, como o PSD, manifestou total acordo com a linha do PEC, por pirraça propôs o voto de uma resolução contra ele. Votaram contra: PS, BE, PCP. O PEC, a austeri-

dade eterna, os cortes drásticos que aí vêm, ficaram com a bênção oficial de todos os parceiros do governo.

Deixemos falar o insuspeito M. Carvalho: “Com o défice mais baixo da democracia na mão, o Governo reforça a dose de austeridade para ir ainda mais além e ao seguir esse caminho faz uma provocação à esquerda. Uma provocação deliberada e escandalosa, que amarra o Bloco e o PCP a uma ortodoxia que ambos execram e contra a qual sempre combateram. (...) A placidez que assinala o debate do défice é o sintoma de que o Bloco e o PCP se ajustaram ao mundo que criaram.”

Atenção: com este PEC, estamos a falar de um “superavit primário” de quase 5% do PIB para 2021: austeridade sem precedentes...

O Bloco diz mansamente que, na discussão do orçamento para 2018, é preciso encontrar cabimento para iniciar o caminho de regresso “ao modelo de imposto anterior à revisão feita pelo ex-ministro das Finanças Vítor Gaspar” (DN, 17/4); mas, dado que isso custaria 2 mil milhões, “não nos parece que seja possível o Governo encontrar essa margem orçamental num único Orçamento do Estado”. Não lhes parece? Não, porque o caminho orçamental do governo, o da submissão a Bruxelas, é o caminho que o Bloco aceitou, como diz o jornalista do Público. O Bloco, apesar de falar aos fins de semana de como a UE é gravosa para os trabalhadores portugueses, aos dias de semana aceita que a UE é o quadro a respeitar...

Neste 1.º de Maio (ver artigo), os dirigentes das confederações sindicais fizeram discursos (de feriado?) bastante radicais, falando (vagamente) de greve geral na função pública, por exemplo.

Acontece que os trabalhadores vivem igualmente mal aos feriados, fins de semana e dias de semana. A sua única opção é lutar. Sabem, instintivamente, que nada lhes trará os seus direitos e salários de volta senão a luta. As greves da Transtejo, dos médicos e pessoal de saúde, o movimento dos professores (ver neste número) dos funcionários públicos... aí estão a indicá-lo.

Mas as lutas, para vencer, precisam de objectivos claros, de cadernos reivindicativos precisos, de planos e organização de luta. E de unidade. Essa é a questão do dia.

Ninguém pode acusar o governo, com o seu plano orçamental de austeridade e cortes até 2021, de faltar à clareza. E os deputados do PS, vão alinhar? Os deputados do BE e PCP? Vão alinhar com a submissão à UE preconizada por C. Martins e Jerónimo de Sousa?

Do lado das organizações dos trabalhadores, é preciso igual clareza: os dirigentes sindicais estão dispostos a ir até ao fim da luta? Ou só a alternar discursos radicais com “jornadas de luta” sem amanhã?

## Carreira Docente: O Que Os Professores Pretendem

Em conversa com professores do ensino secundário do Barreiro sobre as reivindicações fundamentais dos professores ao fim de anos de austeridade troikiana.

“O que se pretende para a carreira docente são essencialmente estes pontos:

**Descongelamento na carreira e nas progressões**, que estão congeladas desde 2005.

**Reposição dos salários**, que estão retidos também desde 2005.

**Acabar com a precariedade** da carreira docente,

É a única carreira em que o governo não permite o vínculo, mesmo que um docente tenha mais de 30 anos de serviço. Um professor pode ser dispensado se não houver horários.

Integração dos Professores na carreira docente no escalão correspondente ao seu tempo de serviço real.

**Diminuição do número de alunos por turma**

As turmas podem chegar a mais de 38 alunos. Não há condições necessárias quer em espaço físico quer em capacidade de trabalho do docente. Note-se que mais turmas trariam mais horários, reforçando o número de profissionais docentes, melhorando o ensino e a aprendizagem.

**Reposição das 22 horas lectivas** e das reduções para o exercício de cargos e idade.

Um docente traz para casa um acréscimo enorme de horas de trabalho na preparação de aulas, produção de materiais pedagógicos, correcção de testes e trabalhos para casa. Com turmas enormes, a profissão chega a tornar-se uma “missão”.

**Fim da contratação a recibos verdes** dos professores de Actividades Extra Curriculares (AECs), contratação pelo Ministério da Educação com os mesmos direitos dos outros professores.

**Não a uma administração unipessoal** nas escolas.

A administração baseada no papel de um Director que depois elege os seus sub-directores não serve. Queremos um conselho executivo não unipessoal, para evitar o medo e o alheamento da comunidade escolar.

**Não claro à municipalização**

Foi promovida pelos governos PSD-CDS, e o actual PS quer repô-la, transferindo as competências para os municípios, o que levará a falta de equidade e aumento do compadrio. Deve-se manter sempre o concurso público, evitando um maior risco para a estabilidade do emprego, que, já por si, é extremamente precária.”

Grupo de Professores do Barreiro ■

## Greve dos Médicos

### “O Governo até pode ter mudado, mas as políticas não”

É assim que Mário Jorge Neves, presidente da Federação Nacional dos Médicos, caracteriza a acção do governo Costa na saúde, acrescentando que “o próprio ministro (...) há poucas semanas disse numa conferência na Gulbenkian, quase como motivo de orgulho, que tinha seguido as grandes linhas do anterior ministério” (Público, 10/5/2017).

Postura que, no entender daquele dirigente sindical, acabou por justificar a greve dos médicos dos dias 10 e 11 de Maio (com adesão de 90%, apesar do silêncio a que a comunicação social maioritariamente a vota), aproveitando para denunciar o retrocesso absoluto do Ministério da Saúde em reivindicações como a redução do número de horas extraordinárias a que os clínicos estão obrigados; a redução do número de utentes por médico de família e o número de horas que os médicos são obrigados a trabalhar nas urgências. Com a agravante de os responsáveis governamentais terem ignorado uma proposta de resolução destas questões ao longo de três anos, apenas acordando discuti-las sem se comprometer com quaisquer prazos ou percentagens.

Por sua vez, em Carta Aberta aos cidadãos portugueses, o Secretariado Nacional do Sindicato Independente dos Médicos (SIM) justifica a convocatória da greve pelos dois

sindicatos médicos, com o apoio da respetiva Ordem, por os seus associados “se fartarem de ser interlocutores de um Governo e de um Ministério da Saúde que agem com deliberado desrespeito” (DN, 8/5/2017). Desde logo, pondo em causa a progressão nas carreiras médicas, ao restringir a abertura de concursos de acesso às categorias superiores, como as de Assistente Graduado Sénior, do que resulta que “muitos serviços de saúde estão a ser dirigidos por assistentes sem graduação” (sistema de validação de competências interpares de que depende a formação dos médicos, a começar pelos mais novos nos internatos de especialidade). Recordando que Portugal não se pode dar ao luxo de perder a formação dos seus especialistas, uma vez que sem médicos não há Serviço Nacional de Saúde (único serviço público comparável internacionalmente num patamar de excelência), o Secretariado Nacional do SIM acusa os hospitais e os restantes estabelecimentos de saúde com o estatuto de Entidades Públicas Empresariais (maioritários na rede nacional de prestação de cuidados) de preferirem contratar os serviços de tarefeiros a recrutar médicos de carreira, em nome da poupança nas remunerações, já que os médicos que terminam a especialidade continuam a ser pagos como internos, apesar de lhes serem atribuídas re-

sponsabilidades profissionais como especialistas. Conclui que “os médicos vão fazer Greve como forma de protesto público contra a degradação do trabalho e do Serviço Nacional de Saúde”.

Não será o momento de respeitar a vontade da maioria da população trabalhadora, que derrotou o governo Passos-Portas para mudar de política, recusando a continuação da destruição dos seus direitos e conquistas (especialmente o SNS) e a degradação das suas condições de vida impostas pela troika?

O que impede as direcções do PS, do PCP e do BE, maioritários na Assembleia da República, de cumprirem esta vontade? Não serão as mesmas razões que as levaram a aprovar o Orçamento, homologado pela União Europeia por viabilizar a continuação da destruição dos direitos e conquistas dos trabalhadores?

Não será o momento de as direcções de todos os sindicatos dos trabalhadores da saúde, com o apoio das centrais sindicais, convocarem os seus associados a juntarem-se à mobilização dos médicos e dos seus sindicatos para exigir do governo e da maioria PS, PCP, BE a revogação de todas as medidas que visam destruir os seus direitos e degradar as condições de exercício das suas profissões?

Alexandre Ulisses ■



1º de Maio em Portugal, 131 anos após a criação do Dia Internacional do Trabalhador

## Só com a luta se alcança mudança!



Este 1º de Maio decorreu, como tem sido hábito, com as centrais sindicais de costas voltadas: a CGTP manifestou-se em Lisboa, da Almirante Reis à Alameda. A UGT preferiu manifestar-se em Viana do Castelo.

Nos discursos proferidos, Carlos Silva, da UGT, referiu que “*não aceitamos que só haja aumentos salariais em 2020. Dez anos sem aumentos salariais é uma barbaridade e, acima de tudo, uma grande injustiça, que leva os trabalhadores da administração pública à indignação. E se tiverem que ir para a greve, nós acompanharemos e estaremos lá*”. Pergunta: desta vez, a UGT fará greve conjuntamente com a CGTP, ou foi mais um blablá de 1º de Maio, dia de festa?

A CGTP também não apela à unidade com a UGT na greve anunciada para a Função Pública. Mais uma vez, as centrais estão de costas voltadas, enquanto os trabalhadores querem e desejam a unidade.

Carlos Silva apelou ao governo para que, até ao fim do mandato (2019), promova a integração dos trabalhadores precários, e disse que o salário mínimo deve

atingir 600 euros em 2019. Mas não proferiu uma única palavra sobre a caducidade da contratação colectiva nem sobre a revogação da legislação anti-laboral de Passos/Troika. Será que a UGT não negocia contratos colectivos? Ou está tudo bem? Em que ficamos?

Quanto a Arménio Carlos: segundo os jornais (DN, 2/5), o “*desfile da CGTP em Lisboa confirma a lua-de-mel entre o governo e os sindicatos*”; “*PS sublinha “clima de compromisso e diálogo*”; “*Arménio suaviza o discurso mas anuncia “semana de luta*”; “*que não vai cruzar os braços ou passar cheques em branco ao primeiro-ministro.*” Pediu ao 1º Ministro que “*tome medidas*”, não ceda às pressões patronais, internas ou externas; que a CGTP não seria cúmplice de políticas de subjugação à Troika: “*só com a luta se alcança a mudança*”, e anunciou que a CGTP “*irá realizar uma semana nacional de luta*”, entre 16 e 20 de Maio, com greves e concentrações; e manifestações (14 de Junho no Porto e a 21 em Lisboa) por aumentos de salários; emprego com direitos, contratação coletiva, 35 horas de trabalho semanal para os trabalhadores do público e privado; revogação das normas gravosas da legislação laboral e “*mais e melhores serviços públicos*”.

Greves para atingir que fins concretos? E, se o governo não ceder logo, que se faz? Cedem os trabalhadores?

Já vimos que a CGTP não apela a uma greve conjunta com a UGT na Função Pública. Arménio Carlos diz que as medidas de reversão do governo “*socialista*” invertem o rumo dos cortes nos salários e nas pensões impostas pelo anterior governo Passos/Troika. Ora, se a greve é para dizer que os trabalhadores, a CGTP estão vivos, então, se calhar muitos trabalhadores não irão fazê-la, apesar das justas reivindicações de que se fala. Os trabalhadores precisam de se sentir fortes pela mobilização. Não é o que está a acontecer.

**JSH ■**

### Liberdade para os presos da Maruti-Suzuki!

Em muitos países, neste 1º de Maio, ressoou o apelo do Comité Operário Internacional (COI) para a libertação dos operários de Maruti-Suzuki presos e condenados a prisão perpétua: “*Liberdade para os 13 de Maruti*”.

Na Índia, depois das grandes jornadas de luta de 4 e 5 de Abril, este 1º de Maio retomou, ao apelo de 11 centrais sindicais, a exigência de libertação dos sindicalistas. Segundo um correspondente: “*Neste 1º de Maio nas manifestações, em todo o país, os trabalhadores uniram as suas vozes para exigir a libertação dos 13 de Maruti, presos da luta dos trabalhadores contra o capitalismo (...) como sempre foi a luta de classes: a reivindicação da jornada de 8 horas — origem do 1º de Maio — não foi acordada em concertações sociais nem pela generosidade dos patrões. Foi obtida pela luta audaciosa dos trabalhadores, pelo martírio dos operários de Chicago e outros...*”.

Noutros países, como no Sri Lanka, clamou-se: “*No regime de Narendra Modi, na Índia, por se constituir um sindicato, arrisca-se a prisão perpétua? Libertação dos 13 de Maruti!*”. Mas também, nos EUA, na Alemanha, na França, no Afeganistão, nas Filipinas, na Bélgica, na Itália, na Rússia, na Bielorrússia, na Roménia, na Inglaterra, no Senegal, no Zimbábwe, na África do Sul, no México, apareceu a exigência de libertação dos 13 de Maruti.

Em Portugal, no 25 de Abril e no 1º de Maio, militantes do grupo “*A Internacional*” recolheram 498 assinaturas para uma carta à Embaixada da Índia em Lisboa, exigindo a libertação dos operários presos da Maruti-Suzuki. ■



#### Ficha técnica

Publicado pelo grupo “*A Internacional*”;  
Endereço mail: [a.internacional.pt@gmail.com](mailto:a.internacional.pt@gmail.com);

Responsável: José Júlio Santana Henriques  
Página web: <http://ainternacional.pt>

## Macron Não Tem Legitimidade!

**Porém, as instituições da Vª República dão-lhe todo o poder para destruir a Segurança Social e o que resta do Código do Trabalho.**

Neste dia 7 de Maio, Macron foi eleito. Mas a realidade prova que ele é ultra-minoritário. Prova disso é que 26% dos eleitores inscritos se abstiveram; 9% dos eleitores inscritos emitiram um voto branco ou nulo; os sufrágios expressos representam menos de dois eleitores em três, um record histórico; em alguns bairros operários, menos do que a maioria dos eleitores; com 65% dos sufrágios expressos, Macron colhe os sufrágios de 42% dos eleitores inscritos; e toda a gente sabe que mais de metade dos votos em Macron vieram de eleitores que, embora discordando do seu programa, queriam votar contra Le Pen.

Ou seja, quatro em cada cinco eleitores recusaram apoiar o programa de Macron. Este presidente ultraminoritário não tem nenhuma legitimidade.

No entanto, as instituições da Vª República são de tal ordem, que um presidente que representa 20% do eleitorado concentra nas suas mãos 100% do poder.

Eis como este presidente anuncia planejar usar esse poder:

- recorrerá a decretos-lei e ao artigo 49<sup>o</sup>-3(1) para, logo no início do verão, destruir completamente o Código do Trabalho, agravando a lei El Khomri;
- acabará com o seguro de doença, pilar da segurança social, conquista operária de 1945 assente no salário diferido. Planeia inclusive abolir o reembolso do que ele se atreve a chamar “os cuidados de saúde inúteis” para depois atacar os “cuidados úteis”;
- liquidará os regimes de aposentação baseados na repartição e instaurará a aposentação “por pontos”.

Macron não é mais do que o instrumento — ilegítimo, repitase — de um punhado de capitalistas e banqueiros, ávidos de atacar a classe operária, que ousou mobilizar-se, aos milhões, em todo o país, pela retirada da lei El Khomri. Para conseguir tal objectivo, ele planeia — segundo a lógica da Vª República — exigir que as organizações sindicais se associem à elaboração e aplicação dos seus planos de destruição.

Em toda a parte, as pessoas congratulam-se com a derrota de Le Pen. Pois sim, mas, para os trabalhadores, para o movimento operário, duas questões se põem: Como chegámos a este ponto? E que fazer para impedir o desastre anunciado?

### Como chegámos a este ponto?

- **Cinco anos de governo Hollande**, cinco anos de planos de regressão social, de destruição, de contra-reformas ditadas pela União Europeia: leis Macron, Touraine, MAP-TAM, NOTRe, El Khomri, Peillon, pacto de responsabilidade. E encerramento de fábricas, hospitais, escolas, correios. E repressão contra os sindicalistas e os jovens.
- Nos departamentos, regiões e municípios, todos os partidos de “esquerda” (incluindo os que depois apoiaram a *France insoumise*) canalizaram as mesmas medidas de aplicação das políticas de austeridade, de supressão de postos de trabalho, de privatização dos serviços públicos, aplicando, nomeadamente, a intermunicipalidade coerciva, agravando as condições de vida da população.
- **A divisão:** mesmo em condições difíceis, a unidade entre Hamon (candidato designado pela primária do Partido Socialista por ter posto em causa, pelo menos em parte, a política de Hollande) e Mélenchon, numa candidatura única pela revogação da lei El Khomri — primeira medida a reverter — teria modificado completamente a situação. Porém, os dois candidatos, rejeitando o caminho da unidade, agudizando a divisão, optaram por deixar eleger Macron.

É a lógica das instituições antidemocráticas da Vª República. Nesta, as eleições políticas não servem para os eleitores escol-

herem entre diferentes programas. A eleição decisiva é o plebiscito quinquenal para eleger o rei sem coroa, escolher o preferido, ou melhor, o que se detesta menos. Uma vez eleito, mesmo que apenas à falta de melhor, o presidente vê-se investido de todos os poderes para atacar a classe operária e a democracia.

É por isso que é preciso acabar com a eleição do presidente da República por sufrágio universal. É por isso que é preciso revogar as instituições da Vª República.

### Chegou a hora de eleger uma Assembleia Constituinte soberana

Na noite da segunda volta, os responsáveis dos partidos institucionais reafirmaram, todos eles, o seu respeito por estas instituições antidemocráticas e fizeram votos pelo pleno êxito de Macron. Há quem se candidate para ajudar o novo presidente a levar a cabo a sua política, quem se proponha desempenhar o papel de oposição leal ou, mesmo, ganhar as eleições legislativas para governar em coabitação com Macron.

A experiência ensinou os trabalhadores que, sob a Vª República bonapartista, em que todos os poderes estão concentrados nas mãos do presidente, a oposição parlamentar é uma oposição impotente. A sua única função é dar verniz democrático às medidas anti-operárias e antidemocráticas tomadas pelo presidente.

Com a experiência de como o governo Hollande-Valls fez passar os planos anti-operários à força de artigo 49-3<sup>o</sup> e de decretos-lei, os trabalhadores têm o direito de dizer: a defesa dos nossos direitos, a defesa da nossa existência, a dos jovens, das nossas famílias, a defesa da democracia, não passam pelo joguinho pseudoparlamentar da Vª República, mas pela liquidação da Vª República e pela eleição de uma Assembleia Constituinte soberana.

Em tal assembleia, os delegados do povo, eleitos, mandatados, revogáveis, controláveis, tomarão em mãos todo o poder para criarem instituições que correspondam à democracia, pois terão sido eleitos não como cortesãos de um “salvador supremo”, mas com base na integral proporcionalidade das listas em presença, com base em programas políticos.

Ontem, hoje e amanhã, sejam quais forem as circunstâncias, o Partido Operário Independente Democrático intervém pela unidade dos trabalhadores e pela democracia

Partidário de um governo operário, o POID pronuncia-se pela Assembleia Constituinte para acabar com a União Europeia e com a Vª República.

Partidário da unidade dos trabalhadores e das suas organizações na luta de classes, ontem contra a adopção da lei El Khomri, hoje pela sua revogação, tenciona investir todas as suas forças na acção política para ajudar a realizar a mais sólida frente comum, o bloco unido dos trabalhadores e das organizações para bloquear os planos destruidores do ilegítimo “presidente dos 20%”.

O Partido Operário Independente Democrático considera urgente construir um autêntico partido dos trabalhadores, classista. Com estes objectivos, apresenta candidatos às eleições legislativas para ajudar a realizar a unidade, pela revogação da lei El Khomri, contra os ataques que ameaçam a Segurança Social e o Código do Trabalho, pela Assembleia Constituinte para acabar com a Vª República. Para debater de tudo isto, convida trabalhadores, activistas e jovens a participarem nas assembleias que organiza em todo o país nos próximos dias.

**Executivo Nacional do POID** — Paris, 7 de Maio de 2017, 22h30